

Jurisdição. 5. Poder judiciário. 6. Ministério Público. 7. Advocacia pública e privada. 8. Competência dos órgãos jurisdicionais.

**2.8.3 CONHECIMENTOS DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL:**

DIREITO PENAL: 1. Princípios aplicáveis ao Direito Penal. 2. Código Penal (Parte Geral). Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das penas. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Evolução histórica do processo penal. 2. Princípios processuais. 3. Persecução penal. 4. Notícia do crime. 5. Polícia e investigação. 6. Inquérito policial. 7. Ação penal pública. 8. Ação penal privada. 9. Jurisdição penal. 10. Competência.

**2.9 - ÁREA DE CONHECIMENTO: ENGENHARIA CIVIL**

2.9.1 Projetos e execução de: Topografia; Arquitetura; Obras civis; Fundações (rasas e profundas); Estruturas (concreto, aço, madeira); Instalações prediais (elétricas, hidrossanitárias, drenagem pluvial, prevenção e combate a incêndio). Normas correlatas da ABNT.

2.9.2 Vedações em alvenarias, sistemas de vedações industrializados, vedações pré-moldadas; estruturas de concreto, aço e madeira; coberturas e impermeabilização; esquadrias; pisos e revestimentos; pinturas, instalações (elétricas, água, esgoto, drenagem, prevenção e combate a incêndio; telefonia; instalações especiais).

2.9.3 Especificação normalizada de materiais e serviços. Propriedades dos materiais de construção civil.

2.9.4 Programação de obras. Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais: levantamentos quantitativos. Planejamento e cronograma físico-financeiro: PERT-CPM. Gerenciamento de obras. Construção. Procedimentos normalizados de: organização do canteiro de obras.

2.9.5 Fiscalização de obras; acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.); controle de materiais (cimento, agregados, aditivos, concreto usinado, aço, madeira, materiais cerâmicos, vidro, etc.); controle de execução de obras e serviços terceirizados. Licitações e contratos. Legislação específica para obras de engenharia civil. Vistoria e elaboração de pareceres. Elaboração de orçamentos. Normas Regulamentadoras de Saúde e segurança no trabalho.

2.9.6 Engenharia de Avaliação: Noções da normalização de Avaliação de imóveis urbanos.

2.9.7 Normas de desenho técnico; desenho auxiliado por computador - AutoCAD.

2.9.8 Procedimentos de Projetos e construção civil de acordo com as normas da ABNT. Normalização de serviços.

**2.10 - ÁREA DE CONHECIMENTO: ODONTOLOGIA**

2.10.1 CÓDIGO DE ÉTICA EM ODONTOLOGIA: Disposições preliminares, Dos direitos fundamentais, Dos deveres fundamentais, Das auditorias e perícias odontológicas, Do relacionamento com o paciente e com a equipe de saúde, Do sigilo profissional, Dos honorários profissionais, Das especialidades, Da Odontologia hospitalar, Das entidades com atividades no âmbito da Odontologia, Do responsável técnico, Do magistério, Das entidades da classe, Da comunicação, Do anúncio, da propaganda e da publicidade, Da entrevista, Da publicação científica, Da pesquisa científica, Das penas e suas aplicações, Disposições finais, contidos na Resolução CFO-42/2003, de 20/05/03, que revoga o Código de Ética Odontológica aprovado pela Resolução CFO-179/91, de 19/12/91.

2.10.2 BIOSSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA: Serviços Odontológicos - Prevenção e Controle de Riscos: Infra-estrutura Física, Documentação e Condições para o Funcionamento dos Serviços Odontológicos, Precauções-padrão e Riscos Ocupacionais, Acidente de Trabalho e Conduta após Exposição ao Material Biológico, Higienização das Mãos, Equipamentos de Proteção Individual, Fluxo e Processamento de Artigos, Processamento de Superfícies, Linhas de água, Roupas e Limpeza em Geral.

2.10.3 DIAGNÓSTICO BUCAL: Radiologia odontológica, Diagnóstico de Pulpite, Pulpite Irreversível e polpa necrótica, Diagnóstico da Doença Periodontal e Cárie Dental, Diagnóstico Oral.

2.10.4 CLÍNICA ODONTOLÓGICA INFANTIL E ADULTO: Preparo Inicial em Periodontia, Raspagem e alisamento coronaradicular, Princípios Básicos da Terapia do canal radicular, Fases do tratamento na terapia do canal radicular, Procedimentos Clínicos na Terapia do Canal Radicular, Materiais Dentários, Dentística restauradora, Preparo Cavitário, Uso do Flúor, Selantes de Fóssulas e Fissuras.

**2.11 - ÁREA DE CONHECIMENTO: PEDAGOGIA**

2.11.1 Teorias da Educação.

2.11.2 Planejamento educacional, o projeto político pedagógico e a prática pedagógica.

2.11.3 O papel do pedagogo em ambientes não escolares.

2.11.4 A pedagogia de projetos, Interdisciplinaridade e Transversalidade.

2.11.5 Fundamentos da Educação Inclusiva, Educação e

Inclusão Social.

2.11.6 O papel da educação em uma sociedade em transformação.

2.11.7 O papel do professor frente às mudanças na educação.

2.11.8 A avaliação no contexto escolar e na aprendizagem da sala de aula.

2.11.9 Gestão Escolar democrática.

2.11.10 Conhecimentos gerais dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2.11.11 As dimensões da Didática e as principais tendências pedagógicas na prática escolar brasileira.

2.11.12 Constituição Federal- especificamente no que dispõe sobre o Direito à Educação. Lei de Diretrizes e Bases Nacionais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 10.172/01, Plano Nacional em Direitos Humanos.

**2.12 - ÁREA DE CONHECIMENTO: PSICOLOGIA**

2.12.1 Psicologia do Desenvolvimento.

2.12.2 Psicologia da Personalidade.

2.12.3 Psicopatologia Geral.

2.12.4 Psicologia Jurídica: Histórico da Psicologia Jurídica; Funções e atribuições do psicólogo na Psicologia Jurídica; Campos de atuação da Psicologia Jurídica.

2.12.5 Documentos Psicológicos: conceito, finalidade e estrutura; Princípios norteadores na elaboração de documentos psicológicos; Modalidades de documentos psicológicos; Elaboração de dados e redação de documentos psicológicos.

2.12.6 Ética profissional em Psicologia.

**2.13 - ÁREA DE CONHECIMENTO: SERVIÇO SOCIAL**

2.13.1 Dimensões da prática profissional do Serviço Social: teórico-metodológica; ética política; técnica-instrumental; investigativa e formativa.

2.13.2 O trabalho do assistente social no âmbito sócio-jurídico.

2.12.3 Princípios da Mediação e Conciliação familiar.

2.12.4 Abordagem Familiar - Serviço Social e a família, a Família como instituição na sociedade, Modelos familiares. Atuação do Serviço Social na prevenção dos problemas relacionados à dependência química.

2.12.5 Técnicas e Instrumentos operativos utilizados pelo Serviço Social no campo sócio-jurídico: estudo social, laudos e pareceres; entrevista, reunião, visita domiciliar e institucional, inspeção e palestras; documentação; avaliação, acompanhamento, aconselhamento, orientação, prevenção de diversas situações atendidas.

2.12.6 Noções de estudo social, perícia social e parecer social.

2.12.7 Legislação Social: Estatuto da Criança e Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social.

**ANEXO II - MODELO DE REQUERIMENTO PARA CANDIDATOS CONCORREM NA CONDIÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD**

REQUERIMENTO DE VAGA COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA - Pcd  
Eu, \_\_\_\_\_,

CPF nº \_\_\_\_\_, candidato(a) à função de estagiário do Ministério Público do Estado do Pará para formação de cadastro de reserva na 3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO, regida pelo presente Edital, de 2 de maio de 2014, venho requerer vaga especial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA - Pcd. Nessa ocasião, apresento anexo LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência de que é portador: \_\_\_\_\_  
Código correspondente da (CID): \_\_\_\_\_

Nome e CRM do médico responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO DE PROVA ESPECIAL E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL

Marque com um X no quadrado correspondente caso necessite, ou não, de prova especial e/ou de tratamento especial.

NÃO HÁ NECESSIDADE DE PROVA E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL.

HÁ NECESSIDADE DE PROVA E/OU DE TRATAMENTO ESPECIAL.

Descreva as condições especiais de que necessita para realização da prova: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do(a) candidato(a)

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA 3ª COMISSÃO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE CANDIDATOS PARA**

**O PROGRAMA DE ESTÁGIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. IDENTIFICAÇÃO**

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Telefone fixo: ( ) \_\_\_\_\_

Celular: ( ) \_\_\_\_\_

Endereço eletrônico: \_\_\_\_\_

Aprovado(a) e classificado(a) na 3ª SELEÇÃO PÚBLICA DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, para atuação perante aos órgãos auxiliares e/ou de execução, DECLARO que DESISTO do aludido certame.

Nesses termos, pede deferimento. \_\_\_\_\_ (PA), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

CANDIDATO(A)

**ANEXO IV - RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR (PROVA OBJETIVA)**

Orientações:

1. Use folha separada para cada questão.
2. Anulada uma questão, a pontuação a ela correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ onde realizou a prova: \_\_\_\_\_

Disciplina: \_\_\_\_\_

Questão nº: \_\_\_\_\_

Gabarito MP: \_\_\_\_\_

Alternativa do Candidato: \_\_\_\_\_

Fundamentação do recurso: \_\_\_\_\_

Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do candidato: \_\_\_\_\_

**ANEXO V - CRONOGRAMA**

EVENTO	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do Edital	5/5/2014
Período de inscrição (www.mppa.mp.br)	6 a 20/5/2014
Prazo para os candidatos que concorrem na condição de Pessoas com Deficiência - Pcd entregarem laudo médico.	21 e 22/5/2014
Data de divulgação da relação nominal das inscrições validadas	28/5/2014
Data da realização da prova objetiva	8/6/2014
Data de divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva	10/6/2014
Prazo para recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva	11 e 12/6/2014
Data de divulgação do resultado dos recursos contra o gabarito preliminar da prova objetiva e do gabarito oficial definitivo.	17/6/2014
Data de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial do Estado do Pará.	1/7/2014

**DIÁRIA**

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 680127**

**PORTARIA: 2202/2014**

Objetivo: REALIZAR A SEGURANÇA PESSOAL DA PROMOTORA DE JUSTIÇA MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA.

Fundamento Legal: LEI ESTADUAL N.º 5.119, DE 16/5/1984 C/C LEI ESTADUAL N.º 7.551, DE 14/9/2011; ART. 145 DA